globo.com g1 ge gshow vídeos

FNTRF

NATUREZA

Nova meta do Brasil no Acordo de Paris permite desmate 78% maior em 2025 do que no período anterior a Bolsonaro, aponta estudo

Levantamento da UFMG calculou quantos km² de desmatamento da Amazônia "cabem" na meta de emissões de gases de efeito estufa elaborada por Salles e descobriram que país pode desmatar 13,4 mil km² por ano sem descumprir a meta.

Por Laís Modelli e Letícia Carvalho, G1

15/04/2021 20h08 · Atualizado há 3 dias





A nova meta climática apresentada pelo Brasil ao Acordo de Paris em dezembro do ano passado permite ao país desmatar 13,4 mil km² ao ano da Amazônia até 2025 e, ainda assim, ficar dentro do compromisso. A conclusão é de um estudo divulgado nesta quinta-feira (15) por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Ex-superintendente da PF no Amazonas diz que ministro Ricardo Salles 'defende infratores ambientais'

Considerando que a nova meta climática proposta pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, permitirá o Brasil chegar em 2025 emitindo 1,7 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa, os cientistas calcularam quantos km² de destruição "cabem" neste limite, uma vez que o desmatamento florestal está diretamente ligado às emissões.

A marca de mais de 13 mil km² de desmatamento anual estimada pelos pesquisadores é 20% maior que o recorde registrado em 2020, quando a Amazônia teve uma área de 11.088 km² desmatada, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Um dos responsáveis pelo estudo, o coordenador do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais da UFMG, Raoni Rajão, vai além e faz uma comparação ainda mais dramática.

"Os 13.4 mil km² que o estudo projeta para 2025 é 78% maior que os 7.4 mil km² que tínhamos em 2018, antes do início do governo Bolsonaro", explica Rajão.

A meta climática do Ministério do Meio Ambiente também vai contra o plano de redução de desmatamento oficializado pelo próprio governo federal: segundo uma resolução assinada na quarta-feira (14) pelo vice-presidente do Brasil e presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, **Hamilton Mourão**, o **país se compromete a reduzir o desmatamento para 8.700 km² até o fim de 2022**.

"As metas voluntárias para o acordo de Paris deveriam ser a mais alta ambição de cada país. Infelizmente o Brasil aponta na direção oposta ao permitir uma emissão absoluta maior, o que representa na prática a piora da situação atual do desmatamento na Amazônia", diz Rajão.

Atualmente, a emissão líquida do Brasil é de cerca de 1,6 bilhão de toneladas de gases – o país é o sexto maior emissor de gases do planeta.

A 'pedalada' no Acordo de Paris

Em dezembro de 2020, o **Acordo de Paris** completou cinco anos e todos os países signatários tiveram que apresentar novas versões dos compromissos assumidos em 2015. Ao invés de apresentar metas mais ambiciosas, o Ministério do Meio Ambiente apresentou duas novas metas - a de emissões até 2025 e uma segunda para emissões até 2030 que, na prática, permitirão ao país emitir, até 2030, **400 milhões de toneladas a mais de gases do efeito estufa do que o previsto na meta original**.

"Essa quantidade adicional [400 milhões de toneladas] de gases de efeito estufa é maior do que o total de emissões da Espanha em 2018", alertam os pesquisadores da UFMG. Entenda como é o Acordo de Paris

Na época da apresentação da nova meta, o Observatório do Clima apontou que houve pedalada de Salles: ele manteve o mesmo percentual de redução definido em 2015, de reduzir em 43% as emissões até 2030 e de chegar em 2025 com redução de 37%, ambas em relação aos níveis de emissões de 2005. Entretanto, não atualizou a base de cálculo utilizada para calcular as emissões.

Com isso, se em 2015 a meta de redução de 43% significava emitir 1,2 bilhões de toneladas de gases até 2030, a nova meta, com a mesma taxa de redução, permite o Brasil emitir 1,6 bilhões de toneladas no mesmo período. Já a meta intermediária para 2025 passa as emissões de 1,3 bilhões de toneladas para 1,7 bilhões de toneladas.

Em dezembro, os especialistas do OC afirmaram que, para apenas manter a meta climática já assumida anteriormente pelo Brasil no Acordo de Paris, o ministro do Meio Ambiente deveria ter se comprometido a diminuir 57% das emissões até 2030, e não apenas 43%.

Agora, os pesquisadores da UFMG endossam o relatório do OC e fazem uma nova sugestão: aumentar a redução de emissões para 44% em 2025 e 50% em 2030. "Desta forma, pelo menos, serão mantidos os níveis de emissão absolutos prometidos em sua primeira meta climática", afirmam o estudo.

Um documento técnico do Observatório do Clima de dezembro concluiu que o Brasil deveria se comprometer a reduzir as emissões em 81% até 2030 em relação aos níveis de 2005.

Jovens processam governo

Na terça-feira (13), um grupo de seis jovens entrou com uma ação popular na Justiça de São Paulo contra Salles e o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo por causa da 'pedalada' climática do governo com a nova meta ao Acordo de Paris.

Entenda os impactos do aquecimento global se a temperatura subir até 1,5°C ou mais de 2°C

O objetivo da ação popular, segundo o advogado do Observatório do Clima, Paulo Busse, que representa os jovens, é anular a nova meta climática, considerada danosa ao meio ambiente, além de pressionar o governo por um novo acordo de redução de gases do efeito estufa.

"A ação não é para impor uma sanção ao Estado. O objetivo é fazer o Brasil corrigir a meta climática atual, menor que a original, e assumir um compromisso mais ambicioso, que esteja em conformidade com o Acordo de Paris e a Constituição Federal", explica Busse. Ele lembra que a Constituição impõe que o poder público e a sociedade civil adotem medidas de proteção do meio ambiente.

Esta é a primeira ação popular movida por jovens contra decisões do Brasil na área ambiental.

Oito ex-ministros do Meio Ambiente apoiam a ação popular: Carlos Minc, Edson Duarte, Gustavo Krause, Izabella Teixeira, José Carlos Carvalho, Marina Silva, Rubens Ricupero, Sarney Filho.

Em nota, eles afirmam que a 'pedalada' climática "trará sérias consequências para o Brasil, como dificultar a entrada do país na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a ratificação do Tratado de Livre Comércio entre Mercosul e União Europeia. Além disso, nosso paísabriu precedente para que outros apresentem metas menos ambiciosas, prejudicando a todos."

Os seis jovens que entraram com a ação popular são ativistas ambientais de duas organizações criadas e lideras por jovens: o Engajamundo e o Fridays for Future, este último criado pela famosa ativista adolescente Greta Thunberg.



Veja também

JA 1ª Edição

Morador faz xingamentos racistas contra porteira de prédio, em Goiânia

Entre as ofensas, ele chamou a mulher de macaca. Polícia Civil investiga crime.